

Senado aprova fim do *kit* de primeiros socorros

Projeto da Câmara dos Deputados, que revoga o artigo 112 do Código de Trânsito Brasileiro e elimina a obrigatoriedade, será agora enviado ao presidente da República, para sanção

COMO ANDAM AS CPIS



Antonio Carlos Magalhães conversou ontem com Jader Barbalho e disse que a CPI do Judiciário não prejudica a dos Bancos

2 Jader formaliza pedido para investigar bancos

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho, formalizou ontem, perante a Mesa do Senado, o requerimento de criação da CPI para investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro. Ele informou que o pedido conta com cerca de 70 assinaturas e admitiu que a comissão poderá ser mista, pois o deputado Aloísio Mercadante já reuniu 171 assinaturas de deputados federais com o mesmo objetivo.

3 Simon quer descobrir também os corruptores

Deixando claro que sua iniciativa não pode servir de pretexto para impedir as CPIS do Judiciário e do Sistema Financeiro, o senador Pedro Simon defendeu ontem a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Corruptores. Ele anunciou que pretende pedir urgência na votação de um recurso contra o arquivamento dessa CPI, já requerida anteriormente, e afirmou que o Senado pode trabalhar em três investigações ao mesmo tempo.

1 ACM: reforma do Judiciário vai avançar

A CPI do Judiciário iniciará seus trabalhos na semana que vem, anunciou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele afirmou que o andamento das investigações não prejudicará os estudos sobre a reforma do Judiciário na Câmara. "Sem a instalação da CPI, dificilmente a reforma terá curso", disse Antonio Carlos, acrescentando que o trabalho da comissão vai "dar os elementos" para que essa reforma seja feita.

O senador previu "resultados auspiciosos" do trabalho da CPI, "não só do ponto de vista da investigação, mas, sobretudo, da contribuição que será dada à nova estrutura do Judiciário no Brasil". Para ele, a CPI do Judiciário também não prejudicará a do sistema financeiro.



Pedro Simon acredita que o Senado pode realizar as três CPIS ao mesmo tempo

PÁGINAS 4 E 5

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que acaba com a obrigatoriedade do *kit* de primeiros socorros nos veículos que circulam no país. A matéria será encaminhada agora ao presidente da República, para sanção ou veto.

A proposta, de autoria do deputado Padre Roque, revoga o artigo 112 do Código de Trânsito Brasileiro, que estabelece essa exigência. Durante a votação, o senador Casildo Maldaner apresentou

emenda de plenário prevenindo que o *kit* passaria a ser exigido apenas nos carros novos. O relator de plenário, senador José Fogaça, recomendou voto contrário à emenda, que foi considerada prejudicada após a aprovação do projeto.

Diversos senadores se manifestaram sobre o assunto, a maioria considerando o *kit* desnecessário ou lembrando que leigos não devem tentar socorrer pessoas feridas.

PÁGINA 3



O senador Lúcio Alcântara, presidente do Instituto Teotônio Vilela, disse ontem, ao abrir o seminário da série Encontros Internacionais sobre o Futuro da Social Democracia (foto), que o evento faz parte de um esforço do PSDB, incentivado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para debater a doutrina.

PÁGINA 8

Plenário vota normas para coleta de sangue

O plenário do Senado vota hoje projeto que regulamenta a coleta, o processamento e a transfusão de sangue. A matéria é originária da Câmara e recebeu emenda na Comissão de Assuntos Sociais, proposta pelo relator, o então senador José Alves.

PÁGINA 2

Plenário vota projeto que proíbe comércio de sangue

Proposta oriunda da Câmara recebeu emenda na Comissão de Assuntos Sociais, proposta pelo relator, o ex-senador José Alves

O plenário do Senado vota hoje, em sessão que começará às 10h, projeto que regulamenta a coleta, o processamento e a transfusão de sangue. A proposta proíbe a comercialização de qualquer tipo de sangue e seus componentes.

Trata-se de um projeto oriundo da Câmara e que recebeu emenda na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), proposta pelo relator, o então senador José Alves. O projeto original dos deputados também proíbe a comercialização dos hemoderivados, que

são produtos oriundos do sangue total ou do plasma.

José Alves ponderou que, com a proibição de comércio, o Brasil não poderá mais importar tais hemoderivados, afetando a saúde de muitos brasileiros, entre eles os queimados, os politraumatizados e os que sofrem grandes cirurgias. Os senadores da CAS apoiaram o parecer de José Alves.

Ainda hoje, o plenário fará a última discussão, em primeiro turno, do projeto do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que muda artigos da

Constituição que tratam do Sistema Financeiro Nacional.

O projeto prevê a revogação de todos os incisos e parágrafos do artigo 192, o qual fixa, entre outras coisas, em 12% ao ano a taxa de juros reais máxima permitida no país.

A proposta recebeu várias emendas de plenário e, por isso, deve voltar ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para que o relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), se manifeste sobre elas.

Patrocínio propõe mudanças na lei de armas de fogo

Projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) modifica a legislação que trata das condições para registro e porte de armas de fogo, aumentando as penas para as infrações cometidas. Na justificativa da matéria, o senador diz que pretende aprimorar a Lei 9.437, estabelecendo diferenças na caracterização dos crimes e nas penas a eles aplicadas.

A lei atual não distingue, na imputação de penalidade, crimes relacionados com o porte legal, o porte sem registro e o comércio de armas. Pela proposta do senador, aqueles que portarem armas sem a devida permissão terão pena menor que aqueles que fabricarem ou comercializarem armas sem autorização. No primeiro caso, a pena varia de um a dois anos

e, no segundo, de um a três anos de detenção:

– A gravidade dos delitos, seu potencial agressivo à sociedade e sua culpabilidade são bastante diversos. Como puni-los com a mesma pena? Além de contrariar a doutrina jurídica, é profundamente injusto – afirma o senador.

Em todos os casos, se a arma for de uso restrito a pena pode chegar a até cinco anos de prisão. A matéria está sendo examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em caráter terminativo.

Patrocínio também encaminhou projeto que acaba com a obrigatoriedade do exame médico para quem for ocupar cargo público, nomeado segundo critério de confiança.

Extinção de classistas na pauta da CCJ hoje de manhã

A proposta de emenda constitucional que extingue os juizes classistas da Justiça do Trabalho volta hoje à pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão, presidida pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN), analisa parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre emendas oferecidas em plenário. O substitutivo também trata da proporcionalidade da composição do Tribunal Superior do Trabalho.

A CCJ vota também substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao projeto da Câmara que torna obrigatória a avaliação psicológica nos concursos públicos para as polícias civil e militar e para o corpo de bombeiros.

Os integrantes da comissão analisam ainda parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável à aprovação do projeto de autoria do Poder Executivo que estabelece normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa.



Jefferson Péres

Filme espanhol é atração do dia

O filme *O Rei Pasmado e a Rainha Nua* é uma atração de hoje do projeto Cultura ao Meio-Dia. Uma co-produção entre Espanha, França e Portugal, com direção de Imanol Uribe, o filme é uma comédia corrosiva, baseada em romance homônimo de Gonzalo Torrente Bellester. Com entrada franca, a película será apresentada no Auditório Petrólio Portella, no Senado Federal.

Atacando a "hipocrisia" da Igreja Católica e da aristocracia, em uma

produção luxuosa, com trama mordaz, inteligente e cheia de intrigas, *O Rei Pasmado e a Rainha Nua* é ambientado em 1620, em plena Inquisição. A trama mostra um jovem rei espanhol que perde a virgindade com uma prostituta, fica fascinado e insiste em ver a rainha nua. O elenco é composto por Laura Del Sol, Gabino Diego, Juan Diego, Euzébio Poncela, Fernando Gomes, Anne Roussel e Maria Barranco.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 31 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 1/99, que regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que elimina da Constituição a limitação dos juros reais em 12% ao ano; *Requerimento nº 87/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLC nº 2/99 com o PLS nº 33/99, por versarem sobre a alteração do nome do Aeroporto Internacional de Brasília; *PDL nº 146/98, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre Brasil e Tailândia; e *PDL nº 147/98, que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973, com a reserva prevista no parágrafo 2º do art. 13 da convenção.

COMISSÃO

▶ 9h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Sinmetro); *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95; e *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjuz/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

ESPECIAL

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia. Filme: *O Rei Pasmado e a Rainha Nua*, de Imanol Uribe. *Auditório Petrólio Portella*

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (5.4.99)

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (6.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimento nº 106/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 63, 97 e 159/99, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas; *Requerimento nº 79/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 63 e 97/99, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas; e *Requerimento nº 94/99, que solicita que sobre o PLC nº 1/96 (nº 1.727/91, na Casa de origem), que institui, para os estados, DF e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Quarta-feira (7.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 4/99, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre Brasil e Indonésia, em Brasília, em 24/9/96; e *PDL nº 11/98, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos, celebrado entre Brasil e Hungria, em Brasília, em 3/4/97.

Quinta-feira (8.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 6/99, que aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, aprovado em Washington, em 8/7/95.

Sexta-feira (9.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

Segunda-feira (5.4.99)

▶ 14h30 - Abertura do seminário "Visão Geral do Senado Federal", realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, destinado aos servidores que acabam de ingressar na Casa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Agripino (D), ao lado de Ramez Tebet, prometeu organizar a pauta de discussões sobre o projeto de Arruda (foto menor)



Audiência pública da CCJ debaterá punição para menor de 18 anos

Representantes do Comitê Nacional de Familiares de Vítimas da Violência estiveram reunidos ontem com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino Maia (PFL-RN), e com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) solicitando audiência pública na CCJ para debates sobre a proposta de emenda constitucional que diminui de 18 para 16 anos a imputabilidade penal.

A proposta, de iniciativa de Arruda, torna imputáveis os menores

de 18 anos e os maiores de 16, quando constatado o amadurecimento intelectual e emocional do autor do crime:

– Se o jovem de 16 anos pode votar, deve poder ser preso também. No entanto, a maior intenção da proposta é abrir a discussão. Caberá à lei regular em que situações a pessoa poderá ser punida – argumentou Arruda.

O presidente da CCJ posicionou-se favoravelmente à audiência pública. Ele disse que pretende organizar a pauta da comissão, definir as pessoas e entidades que participarão da audiência, sem prejudicar a rotina da comissão “A simples discussão da matéria já pode inibir certas iniciativas”, acredita.

Senador José Roberto Arruda, autor da proposta, acha que quem já pode votar pode ser preso, se for constatado seu amadurecimento

Participaram do encontro com os senadores parentes de vítimas da violência, especialmente aquelas cometidas por indivíduos menores de idade. De acordo com Sérgio Murilo Júnior, coordenador do comitê, criado há cerca de um mês, a idéia da entidade é organizar e coordenar as ações dessas pessoas, “que lutavam por conta própria”.

O comitê está procurando centralizar as informações relativas aos crimes cometidos contra membros das famílias de seus membros e acompanhar os processos na Justiça.

Projeto de Estevão prevê venda de imóveis funcionais

A venda dos imóveis residenciais de propriedade da União situados no DF, no prazo de 18 meses após a aprovação da lei, mediante concorrência pública, é o que prevê projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para deliberação terminativa.

O projeto exclui da venda os imóveis destinados às Forças Armadas agrupados em vilas ou setores militares e oferece a possibilidade de compra aos atuais moradores, com financiamento da Caixa Econômica Federal. Além disso, estabelece que o valor apurado em decorrência da alienação dos imóveis será convertido em renda da União, e aplicado

em programas habitacionais de caráter social:

– Nos dias de hoje não se questiona mais a necessidade de a União subsidiar o custo de imóveis para servidores públicos residentes em Brasília. A cidade oferece um mercado imobiliário mais que suficiente e competitivo para acomodar tais servidores. Já vai longe o tempo em que Brasília tinha um mercado imobiliário incipiente – argumenta.

Luiz Estevão esclarece ainda que o projeto de sua iniciativa tem como “objetivos primordiais a racionalização dos recursos públicos, diminuindo-os drasticamente, e desmontando o custoso aparato administrativo que gerencia os imóveis”.

Fim do *kit* de primeiros socorros vai à sanção

Projeto da Câmara, aprovado ontem pelo plenário do Senado, acaba com obrigatoriedade prevista no Código de Trânsito Brasileiro

O plenário aprovou ontem o projeto de lei que acaba com a obrigatoriedade do *kit* de primeiros socorros em todos os carros que circulam no país. O projeto será encaminhado imediatamente ao presidente da República, para sanção ou veto.

A proposta, de autoria do deputado Padre Roque (PT-PR), revoga o artigo 112 do Código de Trânsito Brasileiro, que previa a exigência. Durante a votação, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou emenda de plenário prevendo que o *kit* passaria a ser exigido apenas nos carros novos e especificando seus itens, incluindo um ressuscitador cárdio-pulmonar.

O relator de plenário, senador José Fogaça (PMDB-RS), recomendou voto contrário à emenda e sugeriu que Casildo Maldaner apresente um projeto separado tratando do assunto. Alertou, no entanto, que o *kit* previsto por Maldaner poderá aumentar os preços dos carros. A emenda foi considerada prejudicada após a aprovação do projeto.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que foi presidente da comissão do Senado que analisou o novo Código de Trânsito, manifestou-se da tribuna contra o fim do *kit*, ponderando que o Congresso deveria examinar em conjunto os 56 projetos em tramitação que alteram o Código (8 no Senado e 48 na Câmara). “Há uma certa intenção de desmantelamento do novo código”, afirmou.

Francelino informou que irá relatar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que autoriza jovens entre 16 e 18 anos a tirarem carteira de motorista. Também irá relatar outro projeto que cria facilidades para motoristas que se candidatam a

dirigir *motor home* (trailer montado em cima de veículos) e pretende promover audiências públicas sobre as duas propostas.

Durante o debate, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o fim da exigência do *kit* de primeiros socorros, sustentando que ele “é uma inutilidade total” e até os médicos recomendam que as pessoas leigas não devem tentar socorrer feridos em acidentes de trânsito. “Um motorista despreparado que tentar ajudar um acidentado pode até mesmo matá-lo ou deixá-lo paraplégico e, aprovando este projeto, o Congresso está dando uma resposta imediata aos reclamos da população”, disse.

Tião Viana (PT-AC), lembrando sua condição de médico, concordou com Tebet e discordou da intenção de Casildo Maldaner de exigir respirador cárdio-pulmonar em *kit* de primeiros socorros dos carros novos. Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, sugeriu o reforço da estrutura dos veículos, o que poderá proteger mais a vida dos motoristas e passageiros.

Já a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que raramente uma pessoa tem condições de usar corretamente o *kit* “num

momento de pânico e nervosismo após um acidente”. Ela lembrou a existência de propostas destinadas a exigir dos motoristas cursos de primeiros socorros e acha que isso levará “à criação de cursinhos sobre o assunto, aumentando os custos para se tirar habilitação de motorista”.

José Jorge (PFL-PE) observou que o Congresso deve “ser mais cauteloso” ao aprovar medidas que possam onerar gastos das pessoas, como foi o caso do *kit*. Disse ter recebido carta de um empresário que, depois de investir na fabricação do *kit* de primeiros socorros, agora não tem como vender sua produção.



Senadores derrubaram a obrigatoriedade do uso do *kit* de primeiros socorros, em vigor desde o primeiro dia do ano

Tebet exalta destemor de dom Hélder

“Pelo amor, dom Hélder entregou-se ao sacerdócio, tomando votos aos 22 anos de idade. Com abnegação, colocou-se ao lado dos pobres, dos desvalidos da sorte, fazendo-se irmão de todos. Com destemor, enfrentou os poderosos, lutando em defesa de quantos estiveram ameaçados pela ação repressora do regime militar e, sem levantar críticas a quem quer que fosse, empenhou-se na propagação das idéias de não-violência, como caminho a ser trilhado para as conquistas sociais.” As declarações foram feitas pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao homenagear dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinde e Recife, pelo seu 90º aniversário.

Plenário aprova acordo sobre contrabando de armas

O Paraguai vai fornecer ao governo do Brasil o nome de todos os brasileiros que comprarem armas naquele país, inclusive com detalhes sobre o tipo e o calibre dos armamentos. As autoridades brasileiras fornecerão as mesmas informações sobre compras paraguaias em território nacional, conforme acordo entre os dois países aprovado ontem pelo plenário do Senado.

O acordo, que busca reduzir o contrabando de armas, foi assinado em outubro de 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo então presidente Juan Carlos Wasmosy. As informações, de acordo com o texto, serão repassadas pelas autoridades dos dois países a cada mês.

O relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores, senador Romeu Tuma (PFL-SP), destacou em seu parecer que a vulnerabilidade das fronteiras entre os dois países “é hoje um ponto crítico para a segurança internacional e para a segurança coletiva”. Para ele, trata-se de medida de caráter preventivo que pode propiciar resultados melhores que a recente lei que criminaliza o porte de arma de fogo, “de duvidosa eficácia”.

Os senadores aprovaram também um acordo assinado em novembro de 97 entre o Brasil e a Argentina para que seja criada uma comissão de cooperação e desenvolvimento fronteiriço. O relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), apresentou parecer favorável.

Comissões podem formar opiniões, diz Saturnino

A instalação de comissões parlamentares de inquérito servirá, na opinião do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), para formar convicção nos parlamentares que votarão as reformas política e do Judiciário.

– Não aceito o argumento que duas ou três CPIs atrapalharão a votação das reformas. Ao contrário, acredito que elas fornecerão elementos de convicção para votação das reformas.

De acordo com Saturnino, os trabalhos da CPI do Judiciário serão importantes para a reforma da Justiça. Já as investigações da CPI das empreiteiras, proposta pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), trarão esclarecimentos sobre a relação entre políticos e empresários, e formarão opiniões para a votação da reforma política. Saturnino considera as comissões uma oportunidade para que o Senado cumpra sua função de fiscalizar os atos do poder público.

– Podemos compartilhar o trabalho de todas as comissões. Isso só será difícil se a Casa trabalhar apenas às terças, quartas e quintas-feiras – afirmou o senador fluminense.

O senador Pedro Simon informou ao plenário que já há um compromisso do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de que os senadores trabalhem inclusive às segundas e sextas-feiras.

Fogaça quer punir empresas ligadas à corrupção

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou ontem que é hora de punir não apenas os políticos e funcionários públicos envolvidos com a corrupção, mas também os corruptores. Em aparte ao pronunciamento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pediu o desarquivamento do pedido de investigação no Senado das empresas envolvidas com o escândalo do Orçamento, Fogaça afirmou que vê “um mundo dividido”, no que se refere às punições.

– De um lado, o setor público, com deputados cassados, funcionários públicos punidos, e do outro lado, empresas privadas altamente beneficiadas. Todas as CPIs só recomendaram punições para um lado – destacou.

Fogaça elogiou a insistência de Simon em não deixar que o assunto caia no esquecimento. “É uma digna teimosia de Simon, que não deixa que se ponha uma pedra em cima disso”, comentou.

Pedro Simon volta a defender punição para os corruptores

O senador pretende pedir, na próxima semana, urgência para a votação de um recurso destinado a permitir a abertura da comissão, que foi arquivada pela CCJ

Ressalvando que não deseja que sua idéia sirva de pretexto para impedir a instalação das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a instalação da CPI dos Corruptores. Como há uma decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para o arquivamento dessa CPI, o parlamentar pretende pedir na próxima semana urgência na votação de um recurso para instalá-la. Na opinião do parlamentar, o Senado pode perfeitamente realizar essas três comissões de inquérito.

– Eu acho que, de repente, essas Casas – a Câmara e o Senado – podem fazer aquilo em que ninguém acredita. Porque na verdade ninguém acredita que estamos dispostos a trabalhar para valer – afirmou.

Conforme Pedro Simon, uma indagação freqüente na imprensa é sobre como o Legislativo vai trabalhar com três CPIs no Senado e duas na Câmara, todas funcionando ao mesmo tempo. “Então, a expectativa é a pior possível. Dizem que Jader Barbalho propôs a dele para dificultar a do Antonio Carlos Magalhães; e que o Simon entrou com uma terceira

Simon defendeu a aprovação das reformas tributária e política, mas disse que as CPIs são “da maior importância”



que é para não sair nada”, afirmou.

Ele observou também que, estando as duas Casas empenhadas nas reformas tributária e política, a imprensa aponta isso como mais uma dificuldade. “Dizem que o PMDB quer a reforma tributária na Câmara porque o PFL quer a reforma política no Senado. Eu acho que essas reformas são muito importantes e torço por elas. Mas acho as CPIs também da maior importância. Será que o parlamentar não pode dar um pouco mais de si e uma dedicação maior e sur-

prender até aqueles que pensam diferente?”, argumentou o senador.

No entender de Simon, as CPIs do PC, do Orçamento e dos Precatórios provaram claramente que “no Brasil, a corrupção nasce na campanha eleitoral”. Em sua opinião, há gente séria e honesta levada a isto. “Quando, por exemplo, um candidato a prefeito vê o adversário com uma montanha de dinheiro e depois vem alguém também oferecer-lhe dinheiro, ele acaba aceitando, sem se dar conta de que essa gente não está dando

nada. É o Tesouro que termina pagando tudo”.

Como exemplo, o senador sustentou que Paulo César Farias (o tesoureiro da campanha do ex-presidente Fernando Collor) começou a fazer corrupção ainda na campanha eleitoral. Por isso ele acha tão importante investigar os corruptores. Mas reconheceu que o momento é delicado e que exige muita competência por parte dos políticos. “A imprensa está aí olhando e indagando o que vai acontecer. E estão aí duas CPIs”, lembrou ele.

Ele informou ter comunicado ao líder do PMDB que rerepresentaria sua idéia, já que essa é uma luta que dura cinco anos. “Mas, ao mesmo tempo, eu tenho que ter a sensibilidade de ver as circunstâncias que estamos vivendo. A imprensa disse que eu vou detonar as outras CPIs. Dessa eu não quero ser culpado. Eu acho que está havendo serenidade. Nós estamos entendendo que o momento é delicado. Mas estamos caminhando em cima de um fio de arame, as circunstâncias são muito delicadas.”

Suplicy aposta no apoio da opinião pública às investigações dos senadores

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, a exemplo da CPI do Orçamento, a opinião pública pode ajudar a CPI dos Corruptores, que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer desarquivar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Suplicy lembrou que há poucos meses uma senhora da cidade de São Paulo resolveu denunciar a um promotor que estava sen-

do instada a pagar propina a fiscais para que sua academia de ginástica pudesse funcionar. “Este fato encorajou outras denúncias de comerciantes e camelôs que levaram ao desbaratamento de uma rede de corrupção que envolve a prefeitura e a Câmara de Vereadores”, afirmou o senador.

Suplicy explicou, em aparte a pronunciamento de Pedro Simon, que esse

apoio da opinião pública está propiciando mudanças importantes na administração municipal e na correlação de forças políticas no município, uma vez que o prefeito Celso Pitta rompeu com seu padrinho político, o ex-prefeito Paulo Maluf, e saiu do PPB. O senador disse acreditar que pessoas de todo o Brasil vão colaborar para que a CPI dos Corruptores faça um bom trabalho.



Heloisa acredita que o “silêncio cúmplice” prejudica a imagem do Congresso

Congresso tem oportunidade de resgatar credibilidade, diz Heloisa

Uma oportunidade para o Congresso Nacional resgatar sua credibilidade junto à sociedade. Assim, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) definiu ontem a instalação de comissões parlamentares de inquérito, em especial a destinada a investigar denúncias de corrupção envolvendo políticos e empreiteiras, surgidas a partir do relatório da CPI do Orçamento. Heloisa Helena elogiou a iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pretende investigar os corruptores.

A senadora alagoana disse, em aparte a pronunciamento de Simon, que não está preocupada com dificuldades de funcionamento simultâneo de duas ou mais comissões, mas sim com a ética na política.

– É preciso criar meios ágeis e eficazes para garantir a credibilidade do Parlamento. As trapças, o silêncio cúmplice dos que não vão às comissões prejudicam a imagem do Congresso – enfatizou.

Para Dutra, Congresso tem “obra inacabada”

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o pronunciamento de ontem do senador Pedro Simon (PMDB-RS) acaba com as dúvidas e insinuações de que a proposta de desarquivamento da CPI dos Corruptores complicaria a situação e atrapalharia o funcionamento das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. Ele acha, no entanto, que talvez a CPI dos Corruptores fique para um segundo momento.

– Entendo que a CPI dos Corruptores preenche todos os requisitos de atualidade, até porque trata-se de uma obra inacabada do Congresso Nacional, uma vez que foi a primeira determinação do relatório final da CPI do Orçamento – lembrou Dutra.

O senador também lembrou que a CPI dos Corruptores é importante porque o Congresso está começando a discutir a reforma política e dentre todos os itens está o financiamento público de campanhas eleitorais.

Para ACM, CPI ajudará na reforma do Judiciário

Presidente do Senado anuncia que trabalhos da comissão começam na semana que vem e não deverão prejudicar nem os estudos para modernização da Justiça nem o funcionamento da CPI do Sistema Financeiro

Jader quer instalar comissão após feriado

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), disse ontem que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro deverá ser instalada após o feriado da Semana Santa.

A CPI, segundo o líder do PMDB, poderá ser mista – composta por senadores e deputados – e funcionar simultaneamente à CPI do Judiciário, proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O senador reuniu-se ontem, em seu gabinete, com o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), para entendimentos sobre a CPI do Sistema Financeiro, também apoiada pelo deputado petista. Jader apresentou formalmente, no início da noite, à Mesa do Senado, o requerimento de criação da CPI, com cerca de 70 assinaturas.

Já Aloísio Mercadante informou que conta com 171 assinaturas de deputados e que busca ainda apoio para aprovação de um requerimento de urgência para a instalação da CPI, na tentativa de colocar essa comissão à frente de outras já propostas na Câmara.

No caso da CPI do Sistema Financeiro, não haverá necessidade do pe-



Jader (D) recebeu Mercadante e disse a ele que não vê problemas em que a CPI dos Bancos seja integrada por senadores e deputados

dido de urgência ser aprovado na Câmara, observou o deputado. Jader Barbalho disse que não se opõe à instalação de uma CPI mista, se for o caso, alegando que o objetivo é apurar irregularidades no sistema financeiro nacional, ocorridos a partir de janeiro, quando alguns bancos lucraram com a desvalorização do real. Esses fatos, observou, são “episódios graves que devem ser apurados”.

Sobre o funcionamento concomitante de duas CPIs – a do Sistema Financeiro e a do Judiciário –, o líder do PMDB no Senado afirmou que não há problema. Ele recor-

reu ao Regimento Interno do Senado, em seu artigo 45, parágrafo 3º, que diz: “O senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular e outra como suplente.” As duas comissões poderão funcionar em horários diferentes, sugeriu:

– A CPI do Judiciário terá todo o nosso prestígio e sei também que o senador Antonio Carlos Magalhães tem interesse em que a CPI dos Bancos seja instalada. Não há qualquer possibilidade de confronto com Antonio Carlos Magalhães. Nós estamos juntos – ressaltou o líder.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que a CPI do Judiciário iniciará seus trabalhos na semana que vem, sem prejuízo para os estudos da reforma do Judiciário na Câmara, nem da criação da CPI dos Bancos pela Casa:

– Sem a instalação da CPI, dificilmente a reforma do Judiciário terá curso. A CPI vai dar os elementos para fazer a reforma do Judiciário – disse.

Antonio Carlos está certo do sucesso da iniciativa:

– Vamos instalar a comissão, provavelmente já nos primeiros dias após a Semana Santa, e teremos resultados auspiciosos, não só do ponto de vista da investigação, mas, sobretudo, da contribuição que será dada à nova estrutura do Judiciário no Brasil – afirmou.

O senador acha normal que a CPI tenha precedência sobre as outras comissões de inquérito propostas no Senado, pois foi apresentada primeiro e já está publicada. “Isso é normal, e, até por uma questão de lógica, deve ser assim”, explicou.

No final da tarde, Antonio Carlos conversou com o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), e assinou o requerimento de cria-



Antonio Carlos assinou ontem o requerimento da CPI dos Bancos: “compromisso de honra”

ção da CPI dos Bancos.

– Assinei o requerimento porque, no meu caso, não podia esperar, tinha um compromisso de honra. Vou combinar depois com o líder do PMDB o funcionamento das duas comissões: começaremos com a do Judiciário, e a dos Bancos virá quase logo depois – esclareceu.



Para Eduardo Siqueira Campos, a situação financeira do país está fora de controle

Senador recomenda cautela com denunciismo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) citou ontem a notícia da perda de R\$ 7,6 bilhões no mercado futuro de câmbio, admitida na segunda-feira pelo Banco Central, como mais uma evidência da necessidade urgente de uma CPI dos Bancos. “A situação financeira do país me parece fora de controle. É preciso, porém, que a CPI não se transforme em matéria partidária, que não seja um exercício de denunciismo feito para as luzes da televisão”, advertiu.

Eduardo Siqueira Campos declarou-se “indignado” diante da perda feita para “acalmar” o mercado. “Fico imaginando o que poderíamos fazer com todo esse dinheiro. Quantos projetos econômicos e de atendimento social! Cito um exemplo: daria para duas ferrovias Norte-Sul, um projeto de relevância para o estado de Tocantins e outros limitrofes, bem

como para a economia do país inteiro. O projeto se arrasta há anos, exatamente por falta de recursos.”

Para ele, o Brasil está entrando na globalização pela porta errada, usando uma arma fraca que é a moeda. “Estamos dando as costas para nossos recursos preciosos como os 150 milhões de hectares de terras agricultáveis, onde estão 20% dos recursos hídricos do planeta. É este território esquecido, onde quase nada se investe, que representa a grande reserva para sairmos da crise.”

– O país guarda 30% da biodiversidade do planeta, só na Amazônia. Se somarmos as reservas biológicas dos cerrados e do Pantanal verificaremos ser essa a melhor estratégia de desenvolvimento. O uso sustentado das florestas, das águas e dos recursos naturais é capaz de tornar o Brasil potência de peso global.

Hartung acha que esse não é o caminho

“Esse não é o melhor caminho para pôr fim aos inúmeros problemas levantados pelo presidente do Congresso”, disse o senador Paulo Hartung (PSDB-ES), ao discordar da instalação da CPI do Poder Judiciário. Ele reconheceu que, ao denunciar a existência de irregularidades na Justiça, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, está prestando um serviço à nação. Hartung argumentou, porém, que mais importante é a reforma do Judiciário.

Paulo Hartung pregou a votação dos inúmeros projetos de reforma da instituição que, há muito, tramitam no Legislativo. Em sua opinião, as denúncias apresentadas confirmam o que muitos brasileiros já sabem: “Assim como nos demais poderes constituídos, na Justiça há gastos excessivos, tráfico de influência, nepotismo e muitas outras irregularidades”.

Conforme o parlamentar, uma CPI seguramente não promoverá as mudanças que o povo brasileiro espera. “Não garantirá agilidade, transparência e eficiência ao Judiciário, nem tampouco colocará fim aos problemas estruturais do poder”, disse.



Marina acha que fatos devem ser investigados não como uma forma de fazer política

Marina: importante é que apuração seja eficiente

Em resposta ao questionamento generalizado sobre a viabilidade da instalação de duas CPIs pelo Senado – uma para investigar irregularidades no Poder Judiciário e, outra, sobre denúncias contra o sistema financeiro – a líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), afirmou ontem que uma não inviabilizará a outra, “se a Casa trabalhar com afinco”.

Na sua opinião, as duas CPIs inclusive poderão dar conta de parte dos objetivos da CPI dos Corruptores, cujo desarquivamento será solicitado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS): “Os resultados das CPIs do Sistema Financeiro e do Judiciário levarão também a uma busca dos sujeitos que estão na ponta das irregularidades denunciadas, ou seja, os corruptores.”

O fundamental, segundo Marina, é que o Congresso leve ambas as comissões de inquérito às últimas consequências, “no bom sentido, de promover investigações rigorosas e elaborar relatórios finais com todas as informações recolhidas”.

Todos os fatos envolvidos nas irregularidades denunciadas devem ser investigados “não como modo de fazer política”, mas para ter as consequências esperadas pela sociedade brasileira, disse. No caso da CPI do Judiciário, observou, o que se espera é que os elementos recolhidos pela CPI fundamentem a reforma daquele poder, com a instituição do controle externo e de maior transparência, guardadas a autonomia e a independência entre os Poderes.

Tião Viana pede maior rigor na fiscalização de cursos de medicina

Senador sugere ao Conselho Federal de Educação a criação de uma comissão de notáveis que defina o perfil do profissional de saúde necessário ao Brasil e implante modelo de avaliação das faculdades

Ao denunciar a má qualidade dos cursos de medicina, o senador Tião Viana (PT-AC) pediu ontem ao Conselho Federal de Educação que implante uma comissão de notáveis para definir o perfil do profissional de saúde necessário para o Brasil e acabar com as faculdades que não estão funcionando bem. Ele estimou que metade das escolas médicas do país deveria ser fechada por não oferecer condições mínimas de qualidade.

– O conselho deve imediatamente implantar um modelo de fiscalização, avaliação e intervenção, em busca da qualidade, da formação de profissionais de saúde preparados, do ponto de vista humanista e técnico, para atender a nossa população, atualmente tão carente de bom atendimento – comentou Tião Viana.

Para o senador pelo Acre, o Ministério da Educação tem tratado o problema da má formação dos profissionais

de saúde com indiferença e insensibilidade. Ele completou que, mesmo constatando os péssimos resultados das faculdades de medicina registradas no Provão das universidades, o MEC vem fazendo “vistas grossas” sobre o assunto. Tião Viana quer que as más faculdades sejam substituídas por novas escolas, que seriam abertas a partir de critérios de qualidade definidos pelo MEC.

– Condições mínimas precisam ser estabelecidas. Queremos que o Brasil tenha responsabilidade de fechar as escolas que não preparam adequadamente os seus profissionais e de abrir faculdades que, de forma ética, tenham compromisso com a formação humanística, universal, e com a necessidade de atender à população nas suas necessidades básicas – sugeriu Tião Viana.

O senador manifestou sua preocupação com o êxodo de estudantes da região Norte que procuram os países vizinhos, principalmente a Bolívia,



Tião Viana pede fechamento de escolas que não preparem “adequadamente” os profissionais

para cursar o terceiro grau. Ele informou que atualmente são cinco mil brasileiros vivendo em situação duvidosa em termos de qualidade de vida, na busca de um diploma de nível superior.

Tião Viana registrou que a distribuição de cursos médicos no Brasil é injusta. Ele disse que, no total, apenas quatro faculdades de medicina funcionam na região Norte e cinco no Centro-Oeste. Enquanto isso, o Nordeste dispõe de 12 cursos, o Sudeste, 44 (sendo 36 no Rio de Janeiro) e a região Sul, 19.

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) ressaltou a necessidade da melhoria da qualidade do ensino superior. Ele comentou que, se as faculdades de medicina, com aprofundamento prático, estágio e residência, estão enfrentando esses problemas, os outros cursos estariam em situação pior ainda. Já o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) cobrou providências ao Ministério da Educação. “O custo pago para formar profissionais de nível superior é muito alto e a sociedade quer os resultados desse investimento”, afirmou.



Roberto Saturnino garantiu que a oposição tem propostas concretas para o país

Saturnino defende centralização do câmbio

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) defendeu ontem a centralização e o controle do câmbio como uma das alternativas possíveis de solução para a crise econômica que o país atravessa. Ele afirmou que, ao contrário do que tem sido afirmado por parlamentares da base governista, a oposição tem oferecido propostas concretas, objetivas e viáveis em matéria de política econômica.

– Primeiro, a oposição quer a centralização e o controle do câmbio. Depois, a redução substancial e drástica da taxa de juros. O terceiro item que defendemos é uma reforma tributária eficaz que alivie a carga incidente sobre a produção e faça os ricos do país pagarem mais imposto – enumerou Roberto Saturnino.

O senador pelo Rio de Janeiro acrescentou que, além desses três pontos, a oposição também tem como propostas buscar a justiça social com reforma agrária, distribuição de renda, investimentos sociais, emprego e salário justo, e uma política efetiva de fomento, promoção, financiamento e formação profissional e educacional que beneficie o microempresário.

Roberto Saturnino explicou que todas as sugestões apresentadas por ele são diretrizes já divulgadas antecipadamente em pronunciamentos feitos por parlamentares da oposição ou em documentos da campanha do candidato da esquerda à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Ele acrescentou que as propostas são diretrizes, e que o desdobramento delas seria feito no poder, de posse das informações do dia-a-dia do governo.

– Quando apresentamos nossas propostas, escutam a contestação dos céticos, argumentando que isso é voluntarismo e populismo, que todos querem justiça social, mas ela é inviável porque as condições não permitem. Realmente a política seguida pelo governo não permite melhoria nessa área, mas, estabelecendo as propostas que nós trazemos, criam-se as possibilidades para avanços sociais – explicou.

Na opinião de Roberto Saturnino, o governo rejeita o controle do câmbio porque o mercado e o Fundo Monetário Internacional “abominam” essa alternativa. Ele citou a Malásia como exemplo de um país que adotou com sucesso essa prática.

Patrocínio propõe co-gestão de família e governo na educação

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou ontem proposta de emenda constitucional criando a “Instituição Mista de Ensino” para estimular a partilha de responsabilidade entre a família e o Estado, inclusive no domínio financeiro. “Os objetivos da chamada ‘escola de co-gestão’ são ampliar a oferta de vagas, sem onerar o governo, reduzir as despesas da comunidade com educação e fazer com que os pais participem da gestão da escola, influenciando de forma responsável na educação dos filhos”, explicou.

Para Patrocínio, a escola de co-gestão representa uma inovação, por as-

sociar a escola particular com a pública, em favor dos estudantes carentes. “Por ser uma iniciativa sem fins lucrativos, a escola representa uma forma que a própria sociedade civil encontrou para obstar a crônica falta de recursos públicos e a ganância de empresários que encaram o ensino particular de 1º e 2º graus como uma indústria altamente lucrativa”, afirmou.

Patrocínio lembrou que, em 1996, havia apresentado essa PEC, que não foi aprovada durante a legislatura. “Por incentivo de muitos senadores, decidi reapresentar a proposta por considerá-la atual e necessária. A escola mista ou de co-gestão aproxima

pais de alunos da administração. Portanto, reduz o risco de ocorrerem grandes divergências quando do reajuste do valor das mensalidades.”

– Essas entidades trabalham sem visar lucros. As despesas com a manutenção das instalações físicas e com os salários dos corpos docente e administrativo são divididas entre todos os pais. Dessa forma, as mensalidades podem ser bastante inferiores às das escolas particulares tradicionais. Por isso, representa a solução para as camadas mais carentes da população, que, por algum motivo, não conseguem vaga nas escolas públicas – disse o senador.



Carlos Patrocínio quer garantir uma alternativa para as camadas carentes da população

ACM recebe proposta de reforma tributária da Firjan

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, que lhe entregou a proposta de reforma tributária elaborada pela entidade.

Gouveia Vieira disse que o documento, que também foi encaminhado ao presidente da

Câmara, Michel Temer, contém sugestões dos empresários do Rio de Janeiro para a reforma em tramitação no Congresso Nacional:

– O setor privado tem pressa de crescer e gerar empregos, e para isso é indispensável uma tributação mais lógica, que diminua o número de impostos e faça com que os que não pagam comecem a pagar – disse Gouveia Vieira.



Gouveia Vieira disse a Antonio Carlos que o setor privado tem “pressa de crescer e gerar empregos”

Tuma aplaude redução de impostos para automóveis

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a sanção da lei que diminuiu em um quarto a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os automóveis nacionais comercializados no estado de São Paulo é uma iniciativa que reforça sua crença de que há caminhos para o Brasil reencontrar o crescimento econômico e a tranquilidade social.

A lei, lembrou Tuma, "coroou os entendimentos" alcançados pelos trabalhadores metalúrgicos do setor automobilístico com a indústria e o comércio – empresas de autopeças, montadoras e revendedoras – e os governos federal e estadual.

A diminuição da alíquota do ICMS, destacou o senador, soma-se à diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que resultou no barateamento dos veículos em até 16%. Com isso, são 160 mil unidades que serão produzidas a mais, conforme previsão da indústria, informou Tuma.

– Foi uma demonstração prática de



Tuma diz que o acordo que permitiu diminuir o ICMS dos carros deve servir de exemplo

como se pode, com boa vontade e determinação, incrementar a harmonia entre capital, trabalho e poder público na busca da redução do desemprego, o mais nefasto efeito da crise que está a desesperançar muitos povos em todo o mundo – disse o senador por São Paulo.

Suplicy pede igualdade de tratamento aos estados

Informando que três governadores conseguiram em 97 perdão para dívidas, senador estranha bloqueio dos recursos de MG e RS

Três estados cujos governadores pertencem à base governista deixaram de cumprir os programas de ajuste das contas públicas em 1997 e, mesmo assim, "o governo federal decidiu conceder-lhes perdão", disse ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para ele, se o governo federal teve a sensibilidade necessária para entender a situação desses estados, deveria adotar igual atitude em relação a Minas Gerais e Rio Grande do Sul, cujos repasses têm sido bloqueados pelo Tesouro Nacional.

Na opinião de Suplicy, o Senado, particularmente a Comissão de Assuntos Econômicos, deve participar da discussão sobre as dívidas estaduais.

"O mesmo esforço que, muitas vezes, a comissão dedicou para autorizar a contratação de novas dívidas deve dedicar agora para melhor equacionar as dívidas já existentes, sobre as quais temos muita responsabilidade", argumentou o senador.

Sem citar os nomes dos estados que tiveram tratamento preferencial, o parlamentar informou ter tomado



Para Suplicy, o Ministério da Fazenda é co-responsável pelo endividamento dos estados

conhecimento do perdão que lhes foi concedido a partir de requerimento de informações, também solicitadas pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), "sobre as dívidas estaduais e sobre o cumprimento das cláusulas dos contratos de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de

dívidas dos estados".

Segundo Suplicy, as dívidas mobiliárias e contratuais dos estados foram significativamente elevadas pelas altas taxas de juros mantidas pelo governo para sustentar, durante anos, a política de sobrevalorização cambial abandonada em janeiro deste ano.

No seu entender, as dívidas estaduais também foram alimentadas pelo Ministério da Fazenda. Ele lembrou que, várias vezes, o ministério encaminhou ao Senado, contrariamente a pareceres técnicos, documentos com posição favorável à contratação de novas dívidas.

O Senado, por sua vez, teria adotado "critérios pouco rígidos na análise das solicitações de governadores e prefeitos".

Todos os estados, acrescentou o senador, foram também prejudicados pela aprovação da Lei Kandir (que concedeu isenção do ICMS para a exportação de bens primários e semielaborados) e do Fundo de Estabilização Fiscal, que reduziu a base de cálculo do Fundo de Participação dos Estados.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Biodança
7h30 - Especial Unip - Reabilitação Neuropsicológica - 1ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Ginástica Olímpica
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Dendê da Bahia
9h30 - Entrevista - O único advogado índio em atividade no Brasil, Paulo Pankararu, fala da necessidade de atualização do Estatuto do Índio, da demarcação de terras indígenas e da Funai
9h55 - Senado em Pauta
10h - Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 - Entrevista - Advogado Paulo Pankararu

12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Diamantina
13h30 - Agenda Econômica - O ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles, fala sobre o desemprego no Brasil
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - Entrevista - Advogado Paulo Pankararu
19h - Agenda Econômica - O ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles, fala sobre o desemprego no Brasil
20h - Cores do Brasil - São Luís do Maranhão
20h30 - Entrevista - Advogado Paulo Pankararu
21h - Jornal do Senado
21h15 - Agenda Econômica - O ministro do Trabalho e do Emprego, Francisco Dornelles, fala sobre o desemprego no Brasil
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Maguito alerta para problemas enfrentados por municípios

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) criticou ontem a preocupação do governo federal com a situação dos estados, quando são os municípios que mais precisam de auxílio nesse momento.

– Especialmente na crise, são as prefeituras que socorrem a população com ações sociais de reflexos imediatos. Apesar do grito geral no país, ainda não vimos um gesto sequer de boa vontade do governo federal – afirmou ele.

Maguito compareceu a um encontro realizado na última segunda-feira em Goiânia, quando se reuniram 216 prefeitos de Goiás e todos os integrantes das bancadas federal e estadual, onde os políticos do estado marcaram posição em relação ao tratamento recebido do governo federal.

– Assistimos há poucos dias o presidente se reunir com os governadores e prometer revisão das dívidas e complemento de arrecadação. Contra os prefeitos, sem sequer ouvir as suas reivindicações, tem editado medidas e mandado leis ao Congresso que lhes tiram ainda mais receita – disse Maguito.

O senador explicou que, no último dia 3, uma comissão de prefeitos reuniu-se com a Secretaria Geral da Presidência da República e reivindicou espaço nos grupos de trabalho formados pelos governadores para discutir as re-

formas constitucionais.

Passado quase um mês, prosseguiu Maguito, não foi dada nenhuma resposta ao pleito dos prefeitos, e, enquanto isso, avançam as discussões a respeito dessas reformas, que interessam diretamente aos municípios. Para Maguito Vilela, as conquistas dos municípios na Constituinte de 1988 estão sendo derubadas rapidamente.

– Começou com a criação do Fundo Social de Emergência, que tirou 20% do bolo tributário destinado aos municípios. Depois, foi o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). A emenda número 20 da reforma da Previdência impôs novas exigências, e começa-se a discutir a reforma tributária sem levar em consideração as necessidades dos municípios, sem dar chance aos prefeitos de opinarem sobre essa matéria vital para o país – protestou o senador.

Outra ameaça aos municípios detectada por Maguito é a votação nos próximos dias, na Câmara dos Deputados, da lei de compensação entre os sistemas de previdência. A modificação proposta pelo deputado Luiz Carlos Hauly, segundo o senador, representa mais um "golpe duríssimo" nas contas municipais, pois exige que a compensação passe a vigorar somente a partir de 1988, quando teria que ser integral desde o início da contribuição, como



Maguito acredita que, hoje, os municípios precisam de mais apoio federal que os estados

previa o projeto original. "A aprovação desse projeto representará um prejuízo de R\$ 5 bilhões aos municípios em todo o Brasil", estima o senador.

Maguito Vilela conclamou todos os senadores e o governo federal a se reunirem com os 4 mil prefeitos de todo o país, que estarão em Brasília entre os dias 11 e 13 de maio, para discutir problemas e soluções. "Estarei hoje encaminhando ao presidente Fernando Henrique um documento fazendo um verdadeiro apelo em favor das prefeituras. Como presidente do Brasil, ele tem obrigação de dar sua parcela de colaboração para solucionar a crise municipal", acredita o senador.

Moreira Mendes defende ligação rodoviária com o Peru

Senador espera avanço nas negociações para integração entre os dois países, que beneficiaria a região amazônica

A viagem que o presidente da República fará nos dias 13 e 14 de maio ao Peru pode representar um avanço nas tratativas entre os dois países com vistas ao estabelecimento das condições definitivas de sua integração, disse ontem o senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele destacou a importância de viabilizar a interligação rodoviária entre Brasil e Peru, com a utilização de estradas já existentes, como a BR-364, que liga Rondônia ao Acre, e que precisa de uma operação "tapa-buracos", e a BR-317, da qual faltam pavimentar os quilômetros restantes, até a cidade de Assis Brasil, na fronteira com o Peru.

Com a mesma preocupação de viabilizar essa ligação rodoviária, o embaixador no Peru, José Viegas Filho, endereçou carta ao senador sobre os traçados que permitirão a conexão Brasil/Peru. Moreira Mendes solicitou a transcrição integral da carta nos Anais da Casa.

Para Rondônia, salientou o senador, a interligação é fundamental, tanto que órgãos representativos do empresariado há

tempos promovem seminários internacionais reunindo autoridades dos países envolvidos. "Rondônia está distante cerca de 3.300 quilômetros do Porto de Santos, a mais de 5.000 quilômetros de qualquer porto nordestino", explicou, acrescentando que o estado carece de um corredor de exportação, "porta aberta ao incremento da produção, com o consequente salto na qualidade e na quantidade dos volumes negociados".

A integração regional, além de abrir mercados aos produtores da região amazônica, garantirá acesso a produtos andinos e consolidará a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, afirmou Moreira Mendes.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) também destacou a necessidade de uma saída para o Pacífico que retire os estados da Amazônia Ocidental do isolamento comercial. Tião Viana (PT-AC), por sua vez, lamentou que a integração latino-americana "não seja uma ação definida do governo federal". Ele disse



Moreira Mendes afirma que a interligação entre Brasil e Peru é fundamental para Rondônia

não compreender como um país que tem possibilidade de contato com a Bolívia, o Peru e o mercado asiático não trate essa questão como prioridade.

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) observou que há várias alternativas de traçados rodoviários para unir o Brasil à América Latina e que "o importante é chegar ao Pacífico".

Dutra reclama atenção a flagelados da seca

Referindo-se a declaração feita na Comissão de Assuntos Econômicos, na semana passada, pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, a respeito da facilidade de se proferirem discursos contra a miséria no Brasil, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem que, se o ministro é sensível a essa questão, outros integrantes do governo não o são. Ele aludia ao secretário especial de Políticas Regionais, Ovídio de Ángelis.

Conforme Dutra, trabalhadores famintos do seu estado realizaram saques em três escolas rurais, utilizando-se da merenda escolar de crianças também carentes para saciar a fome. Nessa situação de calamidade, o parlamentar disse ter-se surpreendido com declaração



José Eduardo Dutra aponta insensibilidade do governo à miséria

de Ovídio de Ángelis de que esses trabalhadores realizaram uma ação orques-

trada, com o intuito de desestabilizar o governo federal.

– Respondo a essas declarações não com minhas palavras, mas com o editorial intitulado *Pior do que a Fome*, publicado pelo *Jornal da Cidade*, do meu estado – afirmou o parlamentar. Nesse editorial, o jornal diz que o secretário de Políticas Regionais falou "uma sandice própria de quem não conhece os efeitos da seca – um mal que arrasa as lavouras, destrói as pastagens, mata o gado e degrada o ser humano".

Para o jornal, o secretário de Políticas Regionais perdeu uma grande oportunidade de ficar calado. Segundo Dutra, está na hora de o governo federal dar mais atenção aos flagelados.

Amorim denuncia desvio de R\$ 7 milhões em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) denunciou ontem o desvio de R\$ 7 milhões destinados à implantação do projeto Planaflo, em Rondônia. "Foram previstos R\$ 167 milhões do Banco Mundial, R\$ 31 milhões da União e R\$ 30,9 milhões do estado de Rondônia", explicou o senador. "No ano passado, a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado constatou o desvio de R\$ 7 milhões pelo governo do estado, e agora se anuncia uma missão do Banco Mundial para aplicar os R\$ 38 milhões que restam do projeto, sem que

o desvio anterior seja corrigido."

Para Amorim, antes de novos repasses as irregularidades deveriam ser apuradas exemplarmente. "Estranho que o representante do Bird, Francisco Vita, e o representante do Ministério do Planejamento, Valdir Castelo Branco, concordem com a liberação de mais R\$ 38 milhões, apesar da inadimplência do estado de Rondônia e antes de concluído relatório de auditoria realizada no ano passado", salientou.

Ernandes Amorim lembrou que o Senado autorizou o projeto, precisando fis-



Ernandes Amorim

calizar sua implementação. "Até parece haver interesse em acobertar as irregularidades e possibilitar que mais recursos sejam administrados pelos mesmos setores que as cometeram no passado. A decisão ainda vai depender de reunião com representantes das secretarias do Tesouro, de Políticas Regionais e Assuntos Internacionais, bem como do Banco Central. Espero que haja correção desse rumo errado", disse o senador.

Alcântara elogia debate sobre a social democracia

Na abertura de seminário da série *Encontros Internacionais sobre o Futuro da Social Democracia*, realizado ontem no Senado Federal, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente do Instituto Teotonio Vilela, afirmou ser importante debater as doutrinas em um momento de grandes transformações econômicas, políticas e geopolíticas como o que o mundo está vivendo.

O senador explicou que o seminário faz parte de um esforço do PSDB, incentivado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, de discutir a social democracia em âmbito internacional, na América Latina e no Brasil.

O seminário contou com palestrantes brasileiros e internacionais. Em sua exposição, intitulada *Desafios da Social Democracia no Brasil*, o professor Hélio Jaguaribe enumerou as modalidades existentes de social democracia e traçou histórico de sua evolução na Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Brasil.

– O desafio da social democracia é buscar o equilíbrio entre a otimização das condições sociais e manter satisfatória a competição econômica – disse Jaguaribe.

No Brasil, Jaguaribe acredita que a proposta social democrata foi realizada por Getúlio Vargas e que o atual governo tem uma determinação "claramente social democrata, baseada no desenvolvimento econômico". Para o professor, o maior problema é a "gigantesca ignorância do povo brasileiro". Por isso, ele defende a necessidade de boas escolas para todas as crianças: "O Brasil só será viável se houver uma reforma educacional", afirmou.

Também participou do seminário o professor norte-americano Seymour Martin Lipset, do The Wodrow Wilson Center, abordando *A Questão da Social Democracia nos Estados Unidos*. Lipset analisou o pensamento social democrata na Europa e seu espaço na so-

cialidade americana e apontou a diminuição do poder de pressão dos sindicatos nos Estados Unidos, prevendo uma Europa mais parecida com a América do Norte.

O professor Torcuato Di Tella, do Instituto Di Tella, da Argentina, falou sobre *Um Projeto Social Democrata para a América Latina*. Para ele, o que há no Brasil é um partido social democrata no poder, "que se aliou a outra facção claramente de direita". O professor acredita, porém, que tanto a Argentina quanto o Brasil convergirão em médio prazo para a social democracia. No caso do Brasil, ava-

Lúcio Alcântara afirma que é importante debater as doutrinas em um momento de grandes transformações econômicas, políticas e geopolíticas

lia, antes que isso se torne um fato será necessário que "a base operária, que atualmente está com o PT", adote um modelo de social democracia. A análise apresentada por ele enfatizou a herança peronista na Argentina e varguista no Brasil, que foram, a seu ver, experiências com viés "fascista".

Durante os debates, o professor Vamireh Chacon lembrou a opção dos Estados Unidos por um modelo político-partidário independente do europeu, para reivindicar o mesmo em relação aos países latino-americanos. Em resposta, Di Tella observou que mesmo Peron e Vargas tomaram os exemplos europeus na estruturação do que acabou se transformando em modelos próprios e característicos.

O presidente do conselho diretor da Fundação Joaquim Nabuco, Odilon Ribeiro, indagou sobre até que ponto neoliberalismo e social democracia são compatíveis. Jaguaribe assinalou a importância do processo de privatização – à exceção da Vale do Rio Doce ele concordou com todas no atual governo – e disse se tratar de um item da pauta neoliberal necessário para o fortalecimento da social democracia. Contudo, posicionou-se contra a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobras.



Alcântara, presidente do Instituto Teotonio Vilela: seminário é um esforço do partido, com apoio de FHC